

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Willian Douglas Guilherme

(Organizador)

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-373-6 DOI 10.22533/at.ed.736190106 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.710981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 1º Volume, estes pontos comuns convergiram nas temáticas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”, agrupando, respectivamente, na 1ª parte, 11 artigos e na 2ª, 14 artigos.

A coleção é um convite a leitura. No 2º Volume, os artigos foram agrupados em torno da “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e incluímos a “Educação especial, família, práticas e identidade”. E por fim, no 4º e último Volume, reunimos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, fechando a publicação.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ETICA TRABALHADA PELOS PCN'S E DIMINUIÇÃO DA VIOLENCIA DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR	
<i>Luana Nayara de Brito Ferreira</i> <i>Vívian da Silva Lobato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901061	
CAPÍTULO 2	7
AS AFETIVIDADES E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ABORDAGENS SOBRE TRANSGÊNICOS EM REVISTAS NACIONAIS DA ÁREA DE ENSINO E NAS ÚLTIMAS CINCO EDIÇÕES DO ENPEC	
<i>Karla de Oliveira Munarin</i> <i>Sérgio Choiti Yamazaki</i> <i>Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901062	
CAPÍTULO 3	23
CARTOGRAFIA DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE ARTE, PEDAGOGIA E MEDIAÇÃO: QUEM SOMOS? QUANTOS SOMOS? E ONDE ESTAMOS?	
<i>Fabiana Souto Lima Vidal</i> <i>Ana Paula Abrahamian de Souza</i> <i>Daniel Bruno Momoli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901063	
CAPÍTULO 4	34
DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Ketno Lucas Santiago</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901064	
CAPÍTULO 5	44
DISCURSOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENTRE PRÁTICAS E DESAFIOS	
<i>Marcos Vinicius Sousa de Oliveira</i> <i>Deidiane Costa Guimarães</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901065	
CAPÍTULO 6	51
EDUCAÇÃO ESCOLAR, MOVIMENTO E PROFESSORES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: DIMENSÕES DA LUTA PELO RECONHECIMENTO DA <i>DIVERSIDADE</i> E DA <i>DIFERENÇA</i> DE POVOS EXISTENTES NO BRASIL	
<i>Fernando Roque Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901066	

CAPÍTULO 7 65

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO INICIAL: REFLEXÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA EM UM PROJETO INTERDISCIPLINAR

Debora Brito Lima

Railda da Silva Santos

Dhessia da Silva Lima

Amélia Maria Araújo Mesquita

Brenda Aryanne Damasceno Monteiro

Jakson Brito Lima

DOI 10.22533/at.ed.7361901067

CAPÍTULO 8 71

EDUCAÇÃO INDÍGENA: A IDEOLOGIA DO ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO EM UMA ESCOLA INDÍGENA DA REDE PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

Rízia Maria Gomes Furtado

Alex Arlen da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.7361901068

CAPÍTULO 9 87

A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

Lucia Mara de Lima Padilha

DOI 10.22533/at.ed.7361901069

CAPÍTULO 10 102

O EMPODERAMENTO DA MULHER À PROFISSÃO DE MOTOTAXISTA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Davi Corrêa Gomes

Tatiane do Socorro Correa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.73619010610

CAPÍTULO 11 108

REVISÃO SISTEMÁTICA EM ANAIS DE EVENTOS SOBRE A TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

Caroline Alfieri Massan

Priscila Carozza Frasson Costa

DOI 10.22533/at.ed.73619010611

CAPÍTULO 12 121

A MITOPOÉTICA CULTURAL AMAZÔNICA COMO ELEMENTO EDUCATIVO SOCIALIZADOR

Riceli da Natividade Silva

Jefferson da Silva Alves

Luiz Carlos de Carvalho Dias

DOI 10.22533/at.ed.73619010612

CAPÍTULO 13 133

COMO ALINHAR UMA FERRAMENTA DE GAMIFICAÇÃO EM UM CURSO DE COMPUTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR?

Rodrigo Alves Costa

André Luiz Henriques Bernardo

Ingrid Morgane Medeiros de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.73619010613

CAPÍTULO 14 139

CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO COMPUTACIONAL: VALIDAÇÃO COM O GRUPO FOCAL

Williane Rodrigues de Almeida Silva

Edmir Parada Vasques Prado

DOI 10.22533/at.ed.73619010614

CAPÍTULO 15 151

DO CORAÇÃO DA TERRA: MANUFATURA DE TINTAS ARTESANAIS COM TERRAS JUAZEIRENSES

Ana Emidia Sousa Rocha

Luiz Maurício Barretto Alfaya

DOI 10.22533/at.ed.73619010615

CAPÍTULO 16 165

EDUCAÇÃO DIGITAL E SUAS INTERFACES: DISCUTINDO CONCEITOS E PROCESSOS A PARTIR DE AÇÕES LOCAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nadja da Nóbrega Rodrigues,

Mércia Rejane Rangel Batista

DOI 10.22533/at.ed.73619010616

CAPÍTULO 17 181

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Tânia Maria Figueiredo Barreto Freitas

DOI 10.22533/at.ed.73619010617

CAPÍTULO 18 187

GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA E UTILIZAÇÃO DE TICS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Artur Pires de Camargos Júnior

DOI 10.22533/at.ed.73619010618

CAPÍTULO 19 193

O LETRAMENTO DIGITAL E A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UM ESTUDO DE CASO COM DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ana Paula da Silva

Maria do Carmo Maracajá Alves

Alessandra Carla Ceolin

Alexandre de Melo Abicht

DOI 10.22533/at.ed.73619010619

CAPÍTULO 20 207

O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NA BOCA DAS MULHERES

Jamyllle de Souza Oliveira

Maria Inês Gasparetto Higuchi

Niro Higuchi

DOI 10.22533/at.ed.73619010620

CAPÍTULO 21 219

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012): BREVES APONTAMENTOS SOBRE SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E RESPECTIVOS REFLEXOS SOBRE A BIODIVERSIDADE

Fernando Martinez Hungaro

DOI 10.22533/at.ed.73619010621

CAPÍTULO 22 229

O TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM MEDIADO PELAS TIC: ARTICULAÇÕES E RUPTURAS

Cinthya Maduro de Lima

Dinair Leal da Hora

DOI 10.22533/at.ed.73619010622

CAPÍTULO 23 238

PROCESSOS CRIATIVOS DE ENSINO DE DESENHO EM ESPAÇOS VIRTUAIS

Leda Maria de Barros Guimarães

Maria de Fatima França Rosa

Hélia Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.73619010623

CAPÍTULO 24 249

QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO LIXO DA PRAIA DO MOA

Carlos Henrique Profírio Marques

DOI 10.22533/at.ed.73619010624

CAPÍTULO 25 255

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO QUE INTEGRA PESQUISA, PRÁTICA E ENSINO

Juliany Serra Miranda

Denival de Lira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.73619010625

SOBRE O ORGANIZADOR..... 263

EDUCAÇÃO INDÍGENA: A IDEOLOGIA DO ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO EM UMA ESCOLA INDÍGENA DA REDE PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

Rízia Maria Gomes Furtado

Universidade Estadual de Roraima-UERR
Boa Vista-RR

Alex Arlen da Silva Oliveira

Universidade Federal de Roraima-UFRR
Boa Vista-RR

RESUMO: Conhecer mais de perto o contexto histórico dos indígenas sempre foi um foco de atenção durante as leituras de livros que falavam sobre ideologia e currículo nas escolas. Assim pode-se observar que a imagem do índio sempre foi representada por meio de interesses políticos e sociais e pior do que isso elas em alguns casos permanecem impregnadas nos Livros Didáticos. A pesquisa então foi situada na análise de documentos, leis e referenciais que falam da questão indígena nas escolas e entrevistas realizadas com quatro professores que lecionam o ensino de história de uma comunidade indígena. Mas o foco principal foi a análise do Livro Didático do 6º ano do Ensino Fundamental de História utilizado pelas escolas estaduais do Estado de Roraima no ano de 2017 no que se refere a temática indígena. Posteriormente além da análise do livro buscou-se por meio de entrevistas com alguns professores que atuam no ensino de História em uma escola indígena, conhecer opiniões e experiências que serviram como fundamento

para entender se de fato existe o preconceito e a discriminação dentro dos conceitos indígenas nos livros didáticos. Os resultados permitiram compreender que com todo esse processo histórico é importante, sendo essencial observar a leitura que é feita dentro dos livros didáticos que são selecionados para a utilização dentro das salas de aula e para isso é necessário que o professor possua saberes e critérios muito definidos sobre o tipo de material que considera adequado ao trabalho que deseja realizar com seus alunos e que venha ao encontro da realidade da comunidade escolar a que se destina.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia. Currículo. Livro Didático.

ABSTRACT: Knowing more closely the historical context of the natives has always been a focus of attention during the reading of books that talked about ideology and curriculum in schools. We can see that the image of the Indian has always been represented through political and social interests and worse than that they in some cases remain impregnated in the Didactic Books. The research was then based on the analysis of documents, laws and references that speak of the indigenous question in schools and interviews with four teachers who teach the history teaching of an indigenous community. But the main focus was the analysis of the

Didactic Book of the 6th year of the Elementary School of History used by the state schools of the State of Roraima in the year of 2017 regarding the indigenous theme. Subsequently, in addition to analyzing the book, we sought interviews with some teachers who teach history in an indigenous school, to know opinions and experiences that served as a basis for understanding if there is indeed prejudice and discrimination within indigenous concepts in books didactic. The results allowed to understand that with all this historical process is important, being essential to observe the reading that is made within the textbooks that are selected for the use inside the classrooms and for this it is necessary that the teacher possesses very defined knowledge and criteria about the type of material that he considers appropriate to the work he wants to accomplish with his students and that meets the reality of the school community for which it is intended.

KEYWORDS: Ideology. Curriculum. Textbook.

1 | INTRODUÇÃO

Na sala de aula o livro didático é um recurso de apoio ao desenvolvimento da educação formal, utilizado por professores e alunos no processo de ensino aprendizagem. Na educação de Roraima não é diferente, o Livro Didático é uma ferramenta que é utilizada pelo professor como sendo uma fonte de informação na (re) construção do conhecimento. A história da educação Indígena representada no livro de História por sua vez, possibilita uma série de interpretações, e traz consigo uma quantidade de ideias, valores, crenças e representações, enfim, concebe uma visão de mundo e/ou de um grupo. Compreender essa realidade foi o foco dessa pesquisa e realizar sua análise se tornou algo relevante e necessária.

Desse modo pesquisas revelam análises acerca dos livros didáticos no que se refere às questões indígenas, e estas apontam que existem muitas informações equivocadas, carregadas ainda de uma visão preconceituosa e com ideologias políticas e sociais. Assim podemos observar em alguns relatos de estudos e levantamentos feitos para a construção dessa pesquisa que estes requerem um olhar mais minucioso e debates dentro do contexto escolar sobre o assunto.

O olhar voltado para as escolas públicas de Roraima teve a intenção de buscar quais seriam essas representações do índio dentro dos livros didáticos escolhidos pelas escolas para o estudo e ensino da História brasileira e mais especificamente no que tange a História Indígena. Assim com um olhar criterioso foi analisado além do conteúdo dos livros, as abordagens didáticas do professor frente a essa visão.

A pesquisa se propôs em compreender e identificar melhor a abordagem do índio dentro do Livro Didático, sendo justificada por entender que é uma temática ainda presente nos dias atuais e que merece atenção no meio educacional.

O objeto de estudo dessa pesquisa foi o Livro Didático utilizados nas escolas públicas de Roraima para o ensino da História Indígena e as experiências de professores

que atuam em uma escola indígena no Município de Cantá-RR com base no ensino da História Indígena. Assim também analisou-se a ideologia presente nesses livros e as experiências e relatos de professores que atuam no ensino de História.

A presença dos índios no Estado de Roraima é algo comum para a sociedade roraimense, uma vez que, essa população é crescente na história e na zona urbana. No entanto, vemos a cultura desses índios um pouco fragmentada e diante do livro didático podemos observar outros aspectos relevantes, desse modo qual seria a imagem do índio representada hoje nos livros didáticos de história utilizados nas escolas estaduais da rede pública de Roraima? Como o índio é visto dentro do livro didático? Os professores utilizam mais de uma referência para o trabalho com esses alunos ou define o conteúdo do Livro Didático como verdade absoluta?

2 | CONTEXTO HISTÓRICO DE RORAIMA, O ÍNDIO E LIVRO DIDÁTICO

Em Roraima vivem pelo menos nove povos indígenas distintos, os quais dialogam com diferentes propostas educacionais e, em conseqüência, estabelecem diversas alianças político-sociais na implementação do sistema escolar em suas comunidades. Talvez, por se tratar de um Estado que ostenta uma das maiores populações indígenas do Brasil, há em Roraima um forte preconceito e uma tradição de práticas de violência contra esses povos. Muitas são as forças sociais contrárias aos seus interesses e isto se reflete de forma clara na implantação histórica das políticas educacionais, como na ampliação da rede escolar.

O sistema escolar em Roraima tem suas raízes profundas na ocupação européia, nos séculos XVII–XVIII, quando os processos de invasão, usurpação e colonização foram expropriando territórios e instaurando uma nova ordem, efetivada por meio do confinamento de povos e de comunidades, assim como, da utilização da ação missionária nos aldeamentos como mostra Farage (1991). Foram, em última instância, esses instrumentos que serviram como ante-sala ao sistema escolar propriamente dito. Neste contexto, de ação colonial sobre missões e missionados (Neves, 1978), a evangelização se utilizou, sobretudo, do ensino da Língua Portuguesa e da catequese para atingir seus objetivos. Paulatinamente, foram surgindo vilas, fazendas, missões, cidades e novos padrões de residência para as comunidades indígenas.

No ano de 1987 o Núcleo de Educação Indígena era vinculado ao Departamento do Interior, em 1991, com uma nova estrutura de Divisão Educação Indígena (DEI) continuou vinculado ao Departamento do Interior. Em 2002 passou a se chamar de Coordenação de Educação Indígena (CEI), continuando vinculado ao Departamento Interior. Somente em 2004 o novo Departamento Gestão em Educação Indígena (DGEI) saiu do âmbito do interior e passou a ter um vínculo direto com a Secretária de Educação, sendo que em 2005 volta a ser Núcleo de Educação Indígena (NEI) vinculado desta vez ao Departamento de Ensino, retornando ao organograma de 1986.

As mudanças e continuidades acima apresentadas dão conta de que, na mesma proporção com que se fortalecia o movimento indígena, iam sendo definidas as demandas por educação escolar indígena específica e diferenciada, a estrutura governamental, timidamente, foi tentando acompanhar essas alterações e propiciando à criação de alternativas para elas.

A partir de 1987, os professores indígenas de Roraima passaram a participar de vários encontros significativos, em Manaus (AM) e em outras regiões, juntamente com professores indígenas dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia, etc. Desses encontros, resultaram na criação da COPIAR – Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, que em 2000 passou a chamar-se COPIAM – Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia. Essas transformações foram paulatinamente ampliando a ação e a atuação dos professores indígenas de Roraima junto aos professores indígenas de toda a Amazônia brasileira (Silva, 1997).

No contexto desses encontros e debates realizou-se uma assembléia de professores indígenas na missão Surumu, em outubro de 1990. Neste encontro nasceu a Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR. Criada com apoio dos tuxauas, das lideranças e das comunidades indígenas. A nova organização tinha a finalidade de viabilizar a realização de atividades necessárias ao processo de organização e de encaminhar as reivindicações por uma educação de qualidade para os povos indígenas. Desta forma, gradativamente foi-se moldando uma nova concepção de educação indígena, na qual a educação escolar é feita prioritariamente por indígenas. Agora se tratava, então, de cunhar uma educação dos indígenas, e não mais para os indígenas, como vinha ocorrendo até então.

Com todo esse processo histórico é importante observar a leitura que é feita dentro dos livros didáticos que são selecionados para a utilização dentro das salas de aula. Assim a Secretaria de Educação de Roraima informou que a escolha dos livros enviados pelo MEC é realizada com à participação ativa e democrática do professor. Esta participação exige que o professor tenha uma boa preparação para proceder à escolha dos livros. Para isso é necessário que o professor possua saberes e critérios muito definidos sobre o tipo de material que considera adequado ao trabalho que deseja realizar com seus alunos a que venha ao encontro da realidade da comunidade escolar a que se destina.

Alguns relatos de autores identificam que as abordagens feitas a partir destes livros muitas das vezes não sendo mediadas de forma correta pelo professor o qual podem desenvolver conceitos que excluem os povos indígenas da sociedade atual, ou seja, em muitos relatos históricos nos livros didáticos os índios aparecem apenas na época da chegada dos europeus ao Brasil, principalmente porque esse assunto aparece nos livros somente quando abordado este período específico da História do Brasil, posteriormente essa mesma população é esquecida nos anos posteriores, como na História do Império e República, e também nos dias atuais, como se a mesma não existisse mais. Esse fato também é destacado por Silva e Grupioni:

Nesta perspectiva, nos preocupamos ao constatar que a tendência da maioria dos materiais didáticos que chegam à sala de aula é generalizar a figura do índio colaborando para afirmar a não contemporaneidade dos mesmos, “como se fossem um todo homogêneo, iguais entre si, fazendo parte apenas do passado” (SILVA & GRUPIONI, 1995, p. 11).

Assim o professor quando assume uma postura declinada e voltada totalmente para o livro didático percebe-se que se está reforçando a idéia difundida desde a época da chegada dos primeiros europeus ao Brasil, ou seja, aquela visão que concebe o índio como ingênuo, incapaz de compreender o mundo dos não índios e, portanto à mercê de sua tutela.

Desse modo o índio pode ser visto como um ser invisível, que habita os livros didáticos. Quando ocorre a referência são “classificados” de maneira genérica sem identificação étnica, com suas línguas, em seus diferentes espaços, em suas formas sociais de organização e cultura. (LEMOS, 1999).

Um aspecto interessante e bem conhecido são as literaturas estudadas nas escolas como os romances, crônicas e produções intelectuais da época, e que figuram até hoje nos materiais didáticos, em que escapam a dimensão histórica que é própria desses povos. De acordo com Cláudio Vicentino (1995, p. 123), “Vivendo num estágio semelhante ao dos homens do Período Paleolítico, os índios brasileiros eram nômades e dedicavam-se à caça e a pesca”.

Assim acredita-se que a visão dos livros pode desenvolver ideologias e conceitos muitas das vezes subliminares onde, por exemplo, ao utilizar um livro em que o autor compara os índios aos homens do período Paleolítico, provavelmente os alunos irão associar todas as demais características deste período aos povos indígenas do Brasil do século XVI. Isso sem dúvida é errôneo e não está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, uma vez que o período da História é comprometido com visões absolutistas. Conforme Mario Furley Schmidt:

Existem várias maneiras de se compreender as diferenças entre os povos indígenas da América. Por exemplo, podemos analisar a estrutura econômica desses povos, ou seja, o modo como cada um deles encontrou para trabalhar, produzir e sobreviver. (SCHMIDT, 2004, p.134)

Outro aspecto que urge debate e reflexão é a discussão sobre as questões religiosas dos povos indígenas, por considerarmos esta tarefa extremamente complexa e delicada, pois são conhecimentos que certamente não dominamos. Para Vicentino (1995, p. 123) Quando o aluno lê em um livro que “o pajé é um chefe religioso, que trata dos doentes usando ervas e magias”, certamente irá associar aos índios o conceito de magia que conhece, ligado à fantasia e a algo que não é real, que não se acredita. Esse olhar errôneo e cheio de estereótipos e são deveras reais e proponentes a acontecer diante de leituras e Livros Didáticos com relatos mal elaborados.

Os livros didáticos produzem a mágica de fazer aparecer e desaparecer os índios na história do Brasil. O que parece mais grave neste procedimento é que, ao jogar os índios no passado, os livros didáticos não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e futuro. E isto acontece, muito embora as crianças sejam cotidianamente bombardeadas pelos meios de comunicação com informações sobre os índios hoje. Deste modo, elas não são preparadas para enfrentar uma sociedade pluriétnica, onde os índios parte de nosso presente e também de nosso futuro, enfrentam problemas que são vivenciados por outras parcelas da sociedade brasileira (GRUPIONI, 1996, p.425).

Historicamente o Brasil tem tratado com muito preconceito e discriminação as diferenças étnicas e culturais presentes em seu território, apesar de fazer acreditar no contrário, sendo a escola um importante mecanismo reprodutor desta situação e por isso, pode ser um local privilegiado para debates e discussões.

Nesse aspecto a tentativa de desqualificar a história e cultura indígena no século XIX acabou sendo o reflexo do conflito entre as elites e os grupos indígenas que apresentavam resistência à intervenção do Estado brasileiro. A esse respeito, Patrícia Melo Sampaio, em seu artigo destinado a analisar a legislação indigenista, do início do século XIX, escreve:

(...) dizia respeito à contradição que iria marcar profundamente o pensamento brasileiro com referencia aos índios durante o Império. No mesmo momento em eu o Estado sancionava 'guerras ofensivas' contra os índios em diferentes cantos do país, reivindicava-se um passado comum, mestiço, para destacar a identidade dessa nova nação americana no contexto da separação política (SAMPAIO, 2009, p.178).

Freire (2002), diz que a representação que cada brasileiro tem do índio é prioritariamente aquela que foi transmitida na sala de aula, com a ajuda do livro didático. Assim as aulas de histórias são as principais responsáveis pela representação indígena no Ensino Fundamental.

2.1 O Currículo e a Educação Indígena

Desenvolver a construção do Currículo Escolar deves é uma tarefa que melhora a função do professor como mediador do processo educativo, uma vez que implica no fortalecimento das concepções de ensino, educação, conhecimento, homem e sociedade.

Quando voltamos essa atitude para o Ensino da História Indígena esse papel revela a tomada de posição com mais propriedade, uma vez que será representada a valorização da cultura de povos diferenciados.

O papel do Currículo é de excelência e precisa estar vinculado a prática pedagógica por meio das escolhas dos conteúdos, abordagens e metodologias de ensino utilizadas na condução da tarefa de ensinar.

Ao se observar o currículo como proposta educacional e fundamentada com valores éticos e morais que evidenciam a identidade cultural de cada povo o professor

deve empenhar-se no exercício de sua função com autonomia, despertando a curiosidade e interesse dos alunos pelo conhecimento, pois, como ressaltou Freire (2000, p.95) o professor deve saber que, sem a curiosidade que o move, o inquieta e o insere na busca, não é possível aprender nem ensinar e o ensino de História Indígena requer um comportamento pesquisador por parte do professor.

Compreender o Currículo voltado para a abordagem indígena é essencial, pois, a mesma se apresenta como grande desafio onde o educador desenvolver seu senso crítico e de pesquisador, uma vez que não pode ter como absoluto o uso do Livro Didático.

A História Indígena não deve aparecer isolada em um período específico como acontece nos livros didáticos, mas o professor como pesquisador deve apresentar por meio de metodologias diferenciadas que esse mesmo índio da história antiga aparece nos dias atuais. Que não é só no dia 19 de abril, fazendo um cocar de cartolina e pintando o rosto dos alunos com guache, ou apresentar, a cosmogonia de alguns povos indígenas que se retrata a História Indígena. Trabalhar com a temática indígena apenas nas datas comemorativas resulta em reproduzir visões distorcidas e estereotipadas, o que não corresponde às necessidades dos educandos nos dias atuais e implica desrespeito para com as comunidade indígenas e o respeito a pluralidade cultural.

Os PCNs definem o conceito de Pluralidade Cultural como sendo uma temática que se preocupa com o conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, de modo que o aluno tenha a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, MEC).

E no exercício de sua função, o professor deve salientar essa característica da sociedade brasileira, que é o multiculturalismo. É sob a égide dos estudos culturais, compreendidos como base teórica, que devem ser conduzidos os estudos sobre história indígena na escola. Como salienta a lei 11.645/08, esses estudos devem estar vinculados à compreensão do resgate da contribuição da cultura indígena – e africana – para a formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, tratar de cultura indígena na escola implica reconhecer que não estamos falando de processos congelados no passado, mas de atividades humanas contemporâneas, presentes em nossa sociedade e que, por isso, sofreram transformações ao longo do processo histórico – um índio de calça *jeans* não perde sua identidade étnica pelo simples fato de apropriar-se da produção material contemporânea.

Quando analisamos historicamente uma sociedade, realizamos recortes que ajudam na compreensão dos processos históricos. Nosso ponto de partida, contudo, deve ser sempre a sociedade do presente, objeto de questionamento e reflexão. A abordagem da história indígena deve seguir essa lógica, sendo contextualizada e inserida no tempo presente para que não se incorra no erro de considerar os indígenas como “um povo do passado” ou “ruínas de povos”, como outrora eram concebidos.

3 | METODOLOGIA

Para proceder à análise à qual nos referimos, utilizamos o Livro de História do sexto ano do Ensino Fundamental adotado pela escola, onde há maior ocorrência da temática indígena. Assim nosso estudo foi desenvolvido a partir da análise de um livro didático de História recomendado pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Fundamental– PNLD –2017, evidenciando o discurso sobre a abordagem textual e a difusão de imagens sobre as populações indígenas no Brasil.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com intuito de verificar a discussão sobre a presença dos indígenas no livro didático. Além da análise do livro didático como fonte de informação documental. Além desta análise, realizou-se uma entrevista com quatro professores que atuam no Ensino de História para obtenção de dados pertinentes ao estudo. Desse modo tivemos o contato com o Manual do PNLD o qual realiza uma avaliação geral dos Livros Didáticos ajudando na escolha pelo professor nas escolas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
FUNDO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO



GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS
ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS FINAIS

HISTÓRIA

Brasília 2016

Figura 1: Capa do Manual PNLD –Escolha do Livro Didático de História, 2017

Partindo dessas considerações iniciou-se a análise do Livro escolhido e adotado pela escola para o ensino da disciplina de História no ano de 2017 pela rede pública de ensino. E nesse processo não deixou-se de considerar a importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído pelo Ministério da Educação desde 2001 para avaliar sistematicamente os livros didáticos produzidos pelas editoras, através de comissões constituídas especialmente para este trabalho.

É importante ressaltar a análise do PNLD dos livros didáticos que ao final desta avaliação sempre é elaborado o Guia do Livro Didático, que contém a relação dos livros aprovados, bem como a resenha dos mesmos e os princípios e critérios que foram utilizados neste processo. Trata-se de uma excelente ferramenta para auxiliar o professor no processo de escolha dos livros, pois muitas vezes não são oportunizados momentos exclusivos para este trabalho na escola.

Assim com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa e para uma maior compreensão sobre a pesquisa a ser realizada, de forma a percorrer o caminho metodológico buscamos entender o processo da escolha do Livro Didático e analisar os Livros escolhidos para o uso no ano de 2017.

A pesquisa foi realizada no 1º semestre de 2017 e optou-se pela abordagem qualitativa dada a relevância de sua aplicabilidade no campo educacional. Entre as técnicas da abordagem da pesquisa qualitativa foi utilizada a análise documental do Livro Didático e a entrevista com professores sobre o contexto escolar seguida da análise empírico-interpretativa para tratamento dos dados coletados. E quanto ao procedimento situou-se em uma pesquisa bibliográfica, que FONSECA diz que:

(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

A pesquisa foi organizada em etapas que envolveram o levantamento de referencial teórico; análise do Livro Didático; pesquisa de campo envolvendo a entrevista com os professores e após a análise dos dados.

O primeiro momento foi para a realização de um levantamento sobre os professores que atuam lecionando história na escola campo. Na sequência buscamos identificar os Livros de História utilizados pela escola para análise dos mesmos.

As entrevistas foram feitas a partir de um questionário com cerca de 5 perguntas abertas para os docentes. As perguntas tiveram a finalidade de perceber e poder analisar quais os desafios e dificuldades que os docentes tinham no Ensino de História relacionado ao uso do Livro Didático na abordagem da temática indígena. Segundo MARCONI "(...) a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo ato social como a conversação"(MARCONI, 2009, p.81).

A pesquisa foi mensurada por meio dos dados das entrevistas e análise do Livro Didático voltado pra questões indígenas. Ao final, a revisão da literatura foi comentada de acordo com os resultados da pesquisa.

A aplicação da entrevista foi realizada mediante autorização da Secretaria de Educação e Desporto de Roraima e consentimento da gestão da escola. Desta forma os procedimentos metodológicos tiveram base e fundamentos para ser realizado com coesão e objetividade visando à compreensão do objeto de pesquisa para uma melhor qualidade de ensino na Educação Indígena.

4 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

Ao realizar o levantamento teórico e todo o suporte bibliográfico foi-se de encontro a realidade da escola visando identificar qual o Livro de História escolhido pela escola de campo. Assim o Livro a qual realizou-se a análise foi: PROJETO ARARIBÁ – HISTÓRIA, da Autora Maria Raquel Apolinário, da Editora Moderna, 2014, 4ª edição.

Sob o olhar do Guia do PNLD 2017 pode-se destacar alguns conceitos relacionados a escolha do Livro Didático, lá em sua página 31 ele fala que o ano de 2008 demarcou a promulgação da Lei 11.645, que dispõe sobre a obrigatoriedade do tratamento da temática afro-brasileira e indígena em todo o sistema escolar brasileiro.

Tal lei viria ampliar o sentido previamente constituído pela lei 10.639, do ano de 2003, que pela primeira vez na história do país tornava obrigatório o enfrentamento escolar da questão das relações étnico-raciais em todas as suas implicações curriculares e cotidianas. As duas leis representam um ponto importante de mudança numa estrutura de silenciamento e produção de muitos estereótipos que, ao longo de mais de um século, vem demarcando práticas e discursos escolares.

De acordo com análise feita pelo PNLD embora compreendida comumente como uma dimensão correlata da temática africana e afro-brasileira em termos da estrutura legal que a sustenta, o tratamento da temática indígena ainda se coloca como o componente mais frágil no conjunto das obras didáticas aprovadas no PNLD, sendo o aspecto que merece maior grau de investimento por parte de autores, de editoras e de professores no uso das coleções.

Com essa visão passou-se a analisar o Livro do Projeto Araribá de História do 6º Ano do Ensino Fundamental. Foi possível observar que os conteúdos estão organizados em torno de uma narrativa linear cronológica e integrada da História do Brasil. O Manual do Professor possui discussões aprofundadas sobre as fontes históricas e o uso de imagens em sala de aula. Em relação à abordagem da História, várias fontes são utilizadas na coleção, em propostas que objetivam a construção de conhecimento pelos estudantes.

A obra tem como foco a leitura de textos, investindo no desenvolvimento da capacidade de compreensão e de análise das temáticas, estimulada por meio das atividades propostas. Motiva-se o trabalho com uma variedade de recursos textuais e não textuais, entre eles gráficos, fotografias, charges, quadrinhos, mapas, infográficos, cinema e mais, orientando para a noção de história enquanto construção.

O Livro de História do 6º ano possui 224 páginas e está dividido em 9 Unidades: Aprender a fazer. Unidade I: Introdução ao estudo de história. II: As origens do ser humano. III: O povoamento da América. IV: Mesopotâmia, China e Índia. V: O Egito e os Reinos da Núbia. VI: Hebreus, fenícios e persas. VII: A civilização grega. VIII: As origens e a expansão de Roma. IX: A Roma imperial e o mundo bizantino.

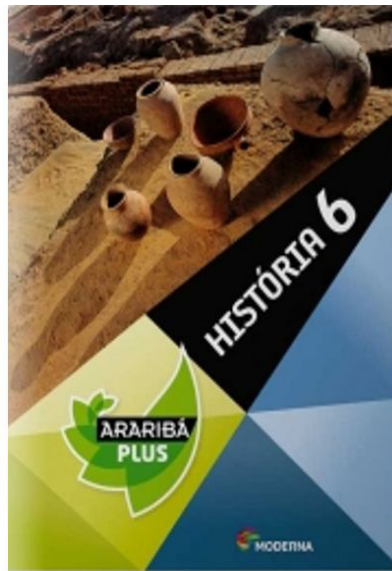


Figura 2: Livro Didático de História, 2017

O Livro do Estudante organiza-se em nove unidades, subdivididas entre quatro ou cinco temas. Os volumes possuem seções fixas e outras que aparecem intercaladamente. São elas: Apresentação; Página de Abertura; De Olho no Infográfico, com informações complementares, imagens e questões sobre o tema; Em Foco, com texto e trechos de fontes acompanhados de exercícios; Sugestão de Trabalho, que pode ser de filme, leitura ou site; Atividades, divididas em Organizar o Conhecimento, Aplicar e Arte, para revisão de conteúdos; e Compreender um Texto, focando a competência leitora dos alunos. Ao final, há referências bibliográficas e a reprodução de mapas.

O Manual do Professor é denominado como Guia e Recursos Didáticos – para uso exclusivo do Professor. Está estruturado em: Apresentação Geral, Referências Bibliográficas e Estrutura do Guia, comum a todos os volumes e, na parte diferenciada para cada volume, apresentam-se as Orientações específicas para cada ano, organizadas em Mapa de Conteúdos, que traz o esquema da unidade, o tema e sua relevância, os objetivos da unidade, o desenvolvimento didático, as leituras complementares, as sugestões de atividades extras e as sugestões de leituras, filmes e sites; Respostas das Sugestões de Atividades e Respostas e Comentários das Atividades do Livro do Aluno.

O trabalho com os conceitos da disciplina História, como identidade, historiografia, memória, sujeito histórico está presente, articulado às discussões dos conteúdos. O conceito de tempo é abordado de forma mais direta no 6º ano e, na Proposta Didático-pedagógica, o aluno é orientado para o entendimento de que a História é formada por sujeitos comuns do passado e do presente. Em função desse entendimento, a obra valoriza as experiências e os conhecimentos prévios dos estudantes, capacitando-os para desenvolver a autonomia de pensamento e o raciocínio crítico, além de ampliar sua visão de mundo. Os temas são trazidos para a atualidade com o propósito de

dialogar com as experiências vividas, contribuindo com o processo de construção do conhecimento histórico dos alunos.

A História da África, afrodescendentes e indígenas é abordada continuamente no Livro e demonstra grande empenho na forma e na quantidade de recursos utilizados para problematizá-la, destacando contribuições atualizadas e levando à percepção das singularidades (sociais e culturais) e potencialidades dessas culturas e povos. Além de estimular os alunos à reflexão sobre racismo, preconceito e discriminação, levando-os a atitudes de respeito às diferenças culturais e sociais e de tolerância.

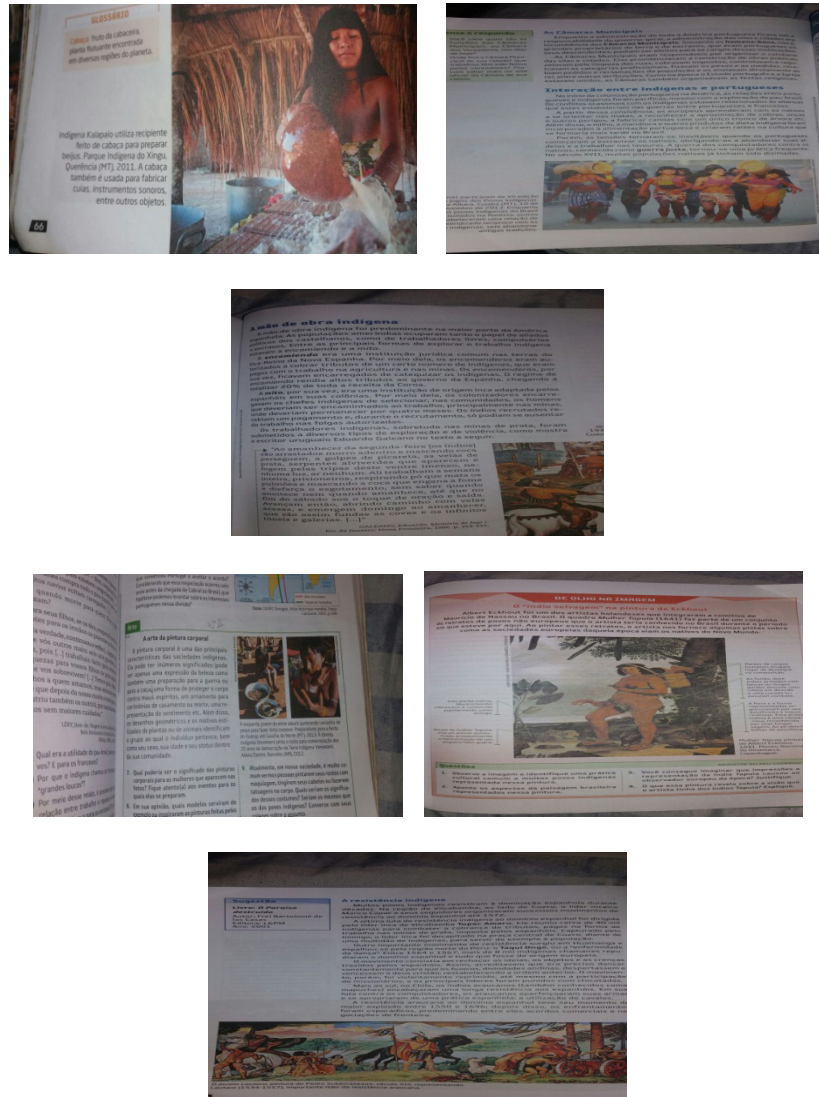


Figura 3: Imagens do Livro Didático de História, 2017, Coleção Araribá.

Para abordar os indígenas, a obra investe em textos e imagens que destacam aspectos positivos, evidenciando as cores e a beleza, levando à compreensão de que são cultural e politicamente exitosos e respeitados em suas sociedades.

De modo geral o livro apresenta algumas características gerais dos grupos indígenas brasileiros. Mencionam que existem diferenças entre os grupos, mas, não avançam no sentido de apontar para algumas que sejam capazes de remeter o leitor às especificidades e singularidades dos grupos. Textos e recursos visuais contribuem para desconstruir a percepção desses povos como vítimas, realçando as singularidades

que marcam esses grupos sociais.

Esta foi esta a análise resumida do Livro Didático de História do 6º ano utilizado pela escola campo. Agora passaremos para uma análise sublime das entrevistas realizadas. Durante as entrevistas realizou-se cinco perguntas básicas acerca do tema: A primeira foi saber como o professor analisava a imagem do índio representada hoje nos livros didáticos de história utilizados nas escolas estaduais da rede pública de Roraima? As respostas dos professores foram de encontro com o que se observou no Livro Didático, segundo eles entre outros livros já utilizados a Coleção Uraribá reconhece a identidade do índio em sua história e pela experiência de ensino dos mesmos o seu conteúdo difere das informações presentes na maioria dos livros didáticos que só informam coisas semelhantes e privilegiam os mesmos aspectos da sociedade tribal.

No segundo questionamento relacionado ao primeiro buscou-se compreender como o índio era visto dentro do livro didático na percepção do Professor. Os mesmos que já atenderam a esse questionamento com a resposta anterior acrescentaram que aquela idéia de índio genérico que se tinha na Europa do século XVI, apontada em muitos livros, aparece diferenciada dentro dos conteúdos visualizados neste livro embora se perceba ainda um pouco de generalização correlacionada.

No terceiro questionamento perguntou-se se os mesmos utilizavam mais de uma referência para o ensino de história ou se ficavam apenas com o conceito do livro didático como verdade absoluta. As respostas se sobressaíram, 50% responderam que utilizam somente o livro didático e os outros 50% disseram que buscam outras fontes e até incentivam os alunos a pesquisarem a serem críticos.

Posteriormente a pergunta foi sobre a escolha do livro didático de história, como ocorria dentro das escolas. Os entrevistados responderam que devido ao pouco tempo é feita uma reunião ou encontro com os professores de cada disciplina onde são analisados as opções de livros pra o ano letivo, o qual são válidos por três anos. De acordo com os mesmos é preciso mais rigor na escolha do livro, algo que não acontece devido ao tempo e isso acaba por muitas vezes atrapalhando na gerência e escolha do livro.

No último questionamento buscou-se verificar se durante a formação acadêmica esse professor de história teve alguma disciplina que alertasse sobre o senso crítico do Livro Didático como verdade absoluta. As respostas foram variadas, 25% respondeu que sim, 50% que não e 25% que houve uma referência mais bem longe do que se esperava.

De modo geral evidenciou-se que ainda prevalece na historiografia didática, a idéia de uma história eurocêntrica onde o índio junto com o negro desempenha papel de *ator coadjuvante* (SILVA, 1995:481-526) numa história onde o branco é o protagonista. Assim, um outro aspecto bastante questionado pelos pesquisadores da temática indígena é que esta sempre aparece enfocada no passado, em função do colonizador e marcada por eventos.

5 | CONSIDERAÇÕES

As considerações dessa pesquisa deixa evidenciado que não devemos ser ingênuos a ponto de acreditar que o livro didático deva corresponder a todos os nossos anseios e necessidades, dado o fato de que ele materializa o pensamento e a concepção de história, de mundo, de educação e de ensino de história dos autores que o conceberam, ou seja, uma leitura possível.

Nesse sentido, analisar a abordagem dada à questão indígena no livro de Maria Raquel Apolinário, teve sobretudo o objetivo de buscar estabelecer um diálogo entre o que se produz para ser utilizado na sala de aula e a forma como esse produto é de fato utilizado.

A análise de Coleção Araribá - História constitui-se num passo, ao nosso ver, importante e capaz de nos aproximar da realidade de sala de aula através do debate que estamos aqui iniciando. É com o professor que está no exercício do seu ofício todos os dias que queremos dialogar e contribuir para que o trabalho de desconstrução do texto seja uma etapa que preceda a escolha e o trabalho de preparação de suas aulas.

Diante destas evidências essa pesquisa significa que mais do que nos propormos a elencar os problemas e lacunas que o texto em questão apresenta, entendemos como necessário a continuidade desse trabalho no sentido de criarmos situações que possam possibilitar o contato do professor com referenciais que afirmamos que Maria Raquel Apolinário não fornecem no livro e que os pesquisadores do tema aqui proposto têm a oferecer.

No entanto, embora os dados adquiridos apontem pra uma melhora ideológica do índio no Livro Didático é importante ressaltar que na historiografia brasileira, a contribuição do índio foi bastante desconsiderada em prol, principalmente, do enaltecimento do colonizador europeu. Grande parte dos autores e obras clássicas de História do Brasil o qual perdurou por muito tempo a imagem do índio associada ao desprezo, como um derrotado ou então como alguém que teria se miscigenado cordialmente com o branco, descaracterizando-se para sempre. Essa mentalidade influenciou muito dos livros didáticos escolares, trazendo como consequências um conhecimento de História que ignora a trajetória e contemporaneidade do índio.

Também obscurece as questões atuais sobre as tribos indígenas, sobretudo no campo dos direitos civis. Portanto, ao analisar a forma com que o índio é mencionado na educação, é necessário ponderar que essa sucessão de visões errôneas remonta séculos de transmissão de abordagens limitadoras e preconceituosas, consolidadas pelo tempo e tomadas como verdades absolutas. Doravante, a formação docente pode e deve ser repensada, conforme recomendam os Parâmetros Curriculares Nacionais, para que os professores, especialistas e generalistas, possam refletir melhor e repercutir essas novas perspectivas, visando formar educandos com mentalidade

mais aberta e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Doris Bittencourt; GRAZZIOTIN, Luciane. **Uma obra referência para professores rurais: a escola primária rural**. In **Revista FAEEBA**, v. 36, 2011.

BARROS, Josemir Almeida; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **História das escolas públicas primárias em áreas rurais: ausência de políticas públicas** (Minas Gerais 1899 - 1911). *Revista HISTEDBR On-line*, v. 13, 2013, pp. 251-263.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília; DF, 24 dez. 1996.

_____. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo**. Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação. Brasília, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. 2011. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacaocampo-politicas.shtml>. Acesso em 5 de Julho de 2017.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOURA, Edinara Alves de. **Lugar, saber social e educação no campo: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira - distrito de São Valentim**. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Um projeto político-pedagógico para a escola do campo**. **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 4, nº 8, p. 191-219. jul/dez. 2009.

XIMENES-ROCHA, S. H.; COLARES, M.L.I.S. **A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas**. Na contramão da legislação. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 13, 2013.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: 1998.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios. Colonialismo e repressão cultural**. Forense-Universitária. RJ, 1978.

SILVA, Rosa Helena Dias da. **Escolas indígenas: uma realidade em construção! A contribuição do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre**. Em: *Leitura e Escrita em Escola Indígenas*. ALB / Mercado Letras. Brasil, 1997.

FARAGE, Nácia. **Os Aldeamentos Indígenas no Rio Branco**. Em: As Muralhas dos Sertões. Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

OPIR, Documento Final XIII Assembléia Geral da OPIR. **Organização dos Professores Indígenas de Roraima**. Comunidade Maturuca, 2006.

SOBRE O ORGANIZADOR

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-373-6

